

PROPOSTA COMERCIAL

PLANO/ PROPOSTA DE CURSO	
DADOS GERAIS	
Qualificação da Empresa	O GRUPOINTELIGÊNCIA está localizado na capital do Brasil, especializado em serviços de treinamento e consultoria tributária, na atualização e capacitação de profissionais para o exercício de suas atividades nas organizações públicas e privadas. Promovemos serviços de consultoria e assessoria tributária, orientados por profissionais especializados em diversas áreas do setor público e privado. Além disso, disponibilizamos uma série de recursos diferenciados e uma estrutura completa e única.
Nome Empresa	INTELEGENCIA SOLUCOES EM NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ	15.312.015/0001-62
Endereço Físico e eletrônico	SCS QUADRA 04 BL A NR 219/237 S/N ANDAR 1 EDIF VERA CRUZ- ASA SUL
Contatos	61-3225-7778-99923-9030
Representante legal (informações pessoais, RG, CPF e endereço)	MARCOS CÉSAR CARNEIRO DA MOTA RG: 4.462.429 SSP/BA CPF: 581.984.155-72 CRC/DF: 10.920
Instrutor(es) Indicado(s)	MARCOS CÉSAR CARNEIRO DA MOTA
PLANO DE CURSO	
TEMA GERAL	RETENÇÃO NA FONTE DE IRRF/INSS/ISS
Público-alvo	Servidores que atuam com a liquidação e pagamento de despesas; Gestores e fiscais de contrato que precisam interpretar corretamente a legislação que trata de retenções de tributos e respectivo ateste na nota fiscal ou fatura; Gestores Financeiros e Ordenadores de Despesas que buscam segurança no momento de autorizar os pagamentos de despesas; Servidores que atuam na auditoria ou na conformidade de atos e fatos praticados pelo setor de liquidação e pagamento de despesas; e Demais profissionais que atuam na área de retenção na fonte de tributos e contribuições sociais nas instituições públicas e privadas como contratantes e contratados.
Nº de Participantes	Até 40 servidores
Pré-requisitos público-alvo	Servidores do Tribunal de Contas do Tocantins

Carga Horária	20 horas
Local	Sede o TCE-TO
Data	29, 30 e 31 de outubro de 2024
Horário	9:00hs às 12:00hs e de 14:00hs às 18:00 hs dias 29 e 30/10 9:00hs às 12:00hs e de 14:00hs às 17:00hs dia 31/10
Modalidade Sugerida	Presencial
Objetivo Geral	Promover a atualização de conhecimentos quanto ao tema retenções tributárias e recolhimento de impostos na administração pública para que os servidores do TCE-TO atuantes nessa área consigam realizar o trabalho conforme a legislação tributária vigente.
Objetivos Específicos	<p>Objetivo específico: Identificar os dispositivos da legislação tributária aplicáveis à retenção de tributos na fonte.</p> <p>Conteúdos abordados: 1. Legislação Aplicada a Tributos 1.1. Introdução ao estudo da legislação tributária 1.2. Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF 1.3. Tipos de Pessoas Jurídicas 1.4. Regimes de Tributação (ênfase às empresas do Simples Nacional, ME, EPP e pagamento ao MEI – incidência da Contribuição Previdenciária Patronal 1.5 Documentos Fiscais 1.6 Preenchimento e conformidade da Nota Fiscal de Serviços e do DANFE</p> <p>Objetivo específico: Identificar os dispositivos da legislação tributária aplicáveis à retenção de tributos na fonte (Retenção do IRRF ao Estado do Tocantins).</p> <p>Conteúdos abordados: 2. Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica IRRF, conforme IN RFB nº 1.234/2012 Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Estadual 2.1 Obrigatoriedade da Retenção 2.2 Base de Cálculo e Alíquotas 2.3. Hipóteses em que Não Haverá Retenção 2.3.1 – Empresas do Simples Nacional e Instituições sem Fins Lucrativos 2.4. Declarações que devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura 2.5. Prazo para o Recolhimento dos Tributos 2.6. Destaque dos Tributos no Documento Fiscal 2.7. Documentos de Cobrança que Contenham Código de Barras 2.8. Comprovante Anual de Retenção 2.9. Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB1.234/2012. 2.9.1. Agências de Viagens, Turismo e Seguro 2.9.2. Seguros e Telefone 2.9.3. Agências de Propaganda e Publicidade 2.9.4. Consórcios 2.9.5. Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível 2.9.6. Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Álcool Hidratado e Biodiesel 2.9.7. Produtos Farmacêuticos 2.9.8. Cooperativas de Trabalho e</p>

Associações Profissionais 2.9.9. Aluguel de Imóveis 2.9.10. Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior 2.9.11. A questão do IR nas Importações: aplicação prática 2.9.12. Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial 2.9.13. Pagamentos com Suprimento de Fundos 2.9.14. Conclusão com exemplos práticos

Objetivo específico: aplicar a retenção na fonte da contribuição previdenciária conforme a legislação tributária (Retenção do INSS à União).

Conteúdos abordados: 3. Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Jurídicas, conforme IN RFB n 2.110/2022 3.1 Cessão de mão-de- obra e Empreitada 3.1. Obrigatoriedade de Retenção – Lista de Serviços 3.2. Casos de Não Retenção 3.3. Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional 3.4. Deduções da Base Cálculo (Material, Equipamento, VT, VR e VA) 5 3.5. Destaque da Retenção no Documento Fiscal 3.6. Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento e o impacto da Decisão do STF 3.7. Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos) 3.8. Dados a Serem Informados no Documento Fiscal 3.9. Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária de PJ.

Objetivo específico: aplicar a retenção na fonte nos pagamentos a pessoas físicas

Conteúdos abordados: 4. Retenção do Imposto de Renda e do INSS (Retenção e Encargo) sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Profissionais Autônomos via RPA/RPCI, seus encargos e reflexos práticos conforme IN RFB nº 1.500/2014 e IN RFB nº2.110/22 4.1. Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis 4.2. Obrigatoriedade da Retenção 4.3. Encargo e Retenção do INSS 4.4. A questão do Teto Previdenciário 4.5. Pagamento de Frete 4.6. Tabela Progressiva do Imposto de Renda e utilização do Desconto Simplificado 4.7. Base de Cálculo 4.8. Dedução de Dependentes, INSS e Pensão Alimentícia 4.9. Transporte de Carga e de Passageiros 4.10 Pagamento de RRA – Rendimentos Recebidos Acumuladamente 4.11. Cálculo do Ônus do IRRF 4.12. Prazos para o Recolhimento 4.13. Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas 4.14. Comprovante de Rendimentos

Objetivo específico: aplicar a retenção na fonte no cumprimento das obrigações acessórias

Conteúdos abordados: 5.SPED 5.1. Legislação 5.2. Apresentação do SPED 5.3. Definição 5.4. Benefícios com

	<p>a Implantação do SPED 5.5. Objetivos do SPED 5.6. Acesso ao SPED</p> <p>6. EFD-Reinf 6.1. Legislação Aplicada 6.2. Definição 6.3. Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf 6.4. Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf 6.5. Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf 6.6. Grupos de Eventos 6.7. Prazo para Envio 6.8. Acesso ao Sistema EFD-Reinf 7. DCTFWeb 7.1. Legislação Aplicada à DCTFWeb 7.2. Definição 7.3. Obrigatoriedade de Apresentação 7.4. Dispensa de Apresentação 7.5. Elaboração e Envio 7.6. Contribuições que Devem ser Declaradas na DCTFWeb 7.7. Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb 7.8. Retificação 7.9. Manual de Orientação da DCTFWeb</p> <p>Objetivo específico: aplicar a retenção na fonte ao ISS nas prestações de serviços dentro e fora dos municípios do Estado do Tocantins.</p> <p>Conteúdos abordados: 8 - Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISSQN) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física 8.1 Artigo 156 da Constituição Federal 8.2. Lei Complementar Federal 116/2003 8.3. Códigos Tributários Municipais 8.4. Lista completa de serviços sujeitos ao ISSQN 8.5 Princípio da Territorialidade 8.6 Domicílio Fiscal (De onde/Para Onde) 8.7. Retenção do ISS de Empresas Optantes pelo Simples Nacional 8.8. A nova Nota Fiscal de Serviços 8.9 Retenção por Responsabilidade 8.10. Retenção por Substituição Tributária do ISSQN 8.11 Alíquotas do ISSQN 8.12 Caso Práticos de Retenção do ISSQN dentro e fora do Município</p> <p>Objetivo específico: aplicar a retenção na fonte após as inovações da Reforma Tributária.</p> <p>Conteúdos abordados: 9 – A Nova Reforma Tributária implementada pela EC 132/23 9.1 – Criação do IBS e da CBS (IVA-Dual) 9.2 – Extinção do ICMS e ISS 9.3 – Ampliação do campo de incidência tributária 9.4 – Criação do Imposto Seletivo (Imposto do Pecado) 9.5 Aprovação e vigência do PLP 68/2024 9.6 Aplicação prática da Reforma Tributária a partir de 2026.</p>
<p>Conteúdo Programático</p>	<p>1. Legislação Aplicada a Tributos</p> <p>1.1. Introdução ao estudo da legislação tributária 1.2. Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF 1.3. Tipos de Pessoas Jurídicas 1.4. Regimes de Tributação (ênfase às empresas do Simples Nacional, ME, EPP e pagamento ao MEI – incidência da Contribuição Previdenciária Patronal 1.5 Documentos Fiscais 1.6 Preenchimento e conformidade da Nota Fiscal de Serviços e do DANFE</p>

2. Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica IRRF, conforme IN RFB nº 1.234/2012 Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Estadual 2.1 Obrigatoriedade da Retenção 2.2 Base de Cálculo e Alíquotas 2.3. Hipóteses em que Não Haverá Retenção 2.3.1 – Empresas do Simples Nacional e Instituições sem Fins Lucrativos 2.4. Declarações que devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura 2.5. Prazo para o Recolhimento dos Tributos 2.6. Destaque dos Tributos no Documento Fiscal 2.7. Documentos de Cobrança que Conttenham Código de Barras 2.8. Comprovante Anual de Retenção 2.9. Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB 1.234/2012. 2.9.1. Agências de Viagens, Turismo e Seguro 2.9.2. Seguros e Telefone 2.9.3. Agências de Propaganda e Publicidade 2.9.4. Consórcios 2.9.5. Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível 2.9.6. Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Álcool Hidratado e Biodiesel 2.9.7. Produtos Farmacêuticos 2.9.8. Cooperativas de Trabalho e Associações Profissionais 2.9.9. Aluguel de Imóveis 2.9.10. Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior 2.9.11. A questão do IR nas Importações: aplicação prática 2.9.12. Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial 2.9.13. Pagamentos com Suprimento de Fundos 2.9.14. Conclusão com exemplos práticos

3. Retenção da Contribuição

Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas

Jurídicas, conforme IN RFB nº 2.110/2022 3.1 Cessão de mão-de-obra e Empreitada 3.1. Obrigatoriedade de Retenção – Lista de Serviços 3.2. Casos de Não Retenção 3.3. Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional 3.4. Deduções da Base de Cálculo (Material, Equipamento, VT, VR e VA) 3.5. Destaque da Retenção no Documento Fiscal 3.6. Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento e o impacto da Decisão do STF 3.7. Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos) 3.8. Dados a Serem Informados no Documento Fiscal 3.9. Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária de PJ.

4. Retenção do Imposto de Renda e do INSS (Retenção e Encargo) sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Profissionais Autônomos via RPA/RPCI, seus encargos e reflexos práticos conforme IN RFB nº 1.500/2014 e IN RFB nº 2.110/22 4.1. Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis 4.2. Obrigatoriedade da Retenção 4.3. Encargo e Retenção do INSS 4.4. A questão do Teto

	<p>Previdenciário 4.5. Pagamento de Frete 4.6. Tabela Progressiva do Imposto de Renda e utilização do Desconto Simplificado 4.7. Base de Cálculo 4.8. Dedução de Dependentes, INSS e Pensão Alimentícia 4.9. Transporte de Carga e de Passageiros 4.10 Pagamento de RRA – Rendimentos Recebidos Acumuladamente 4.11. Cálculo do Ônus do IRRF 4.12. Prazos para o Recolhimento 4.13. Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas 4.14. Comprovante de Rendimentos</p> <p>5.SPED 5.1. Legislação 5.2. Apresentação do SPED 5.3. Definição 5.4. Benefícios com a Implantação do SPED 5.5. Objetivos do SPED 5.6. Acesso ao SPED</p> <p>6. EFD-Reinf 6.1. Legislação Aplicada 6.2. Definição 6.3. Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf 6.4. Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf 6.5. Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf 6.6. Grupos de Eventos 6.7. Prazo para Envio 6.8. Acesso ao Sistema EFD-Reinf 7. DCTFWeb 7.1. Legislação Aplicada à DCTFWeb 7.2. Definição 7.3. Obrigatoriedade de Apresentação 7.4. Dispensa de Apresentação 7.5. Elaboração e Envio 7.6. Contribuições que Devem ser Declaradas na DCTFWeb 7.7. Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb 7.8. Retificação 7.9. Manual de Orientação da DCTFWeb</p> <p>8 - Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISSQN) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física 8.1 Artigo 156 da Constituição Federal 8.2. Lei Complementar Federal 116/2003 8.3. Códigos Tributários Municipais 8.4. Lista completa de serviços sujeitos ao ISSQN 8.5 Princípio da Territorialidade 8.6 Domicílio Fiscal (De onde/Para Onde) 8.7. Retenção do ISS de Empresas Optantes pelo Simples Nacional 8.8. A nova Nota Fiscal de Serviços 8.9 Retenção por Responsabilidade 8.10. Retenção por Substituição Tributária do ISSQN 8.11 Alíquotas do ISSQN 8.12 Caso Práticos de Retenção do ISSQN dentro e fora do Município</p> <p>9 – A Nova Reforma Tributária implementada pela EC 132/23 9.1 – Criação do IBS e da CBS (IVA-Dual) 9.2 – Extinção do ICMS e ISS 9.3 – Ampliação do campo de incidência tributária 9.4 – Criação do Imposto Seletivo (Imposto do Pecado) 9.5 Aprovação e vigência do PLP 68/2024 9.6 Aplicação prática da Reforma Tributária a partir de 2026.</p>
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas com exercícios práticos de fixação; • Slides abrangendo toda a legislação essencial sobre retenções de tributos; • Exemplos práticos, incluindo

	cálculos e exercícios para fixação da teoria e da prática; • Espaço para debate com os alunos sobre dúvidas levantadas, bem como exposição e discussão de casos práticos cotidiano dos alunos.
Recursos Didáticos	APOSTILA DIGITAL E IMPRESSA COM CANETA DO GRUPO INTELIGÊNCIA
Resultados Esperados	Espera-se que cada servidor tenha condições de efetuar as retenções na fonte de IRRF, INSS e ISS de pessoas jurídicas e físicas nas contratações de bens e serviços, bem como tenha condições de avaliar, atestar e orientar quanto ao trato das incidências tributárias nos documentos fiscais.
Avaliação	A avaliação é feita através de exercício em sala de aula.
Certificação	Certificado a todos os participantes com 75% de participação no curso
Bibliografia Sugerida	Retenção na Fonte de Impostos e Contribuições Autor: Marcos César Carneiro da Mota Editora Grupo Inteligência
Uso de imagem	Fica autorizado o uso de imagem e vídeo do instrutor e toda a sua equipe durante o evento de uso exclusivo do TCE-TO
Observações	
DADOS FINANCEIROS	
Valor da Proposta:	R\$59.880,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais) Nesse valor já está incluído todo o material didático, certificado de participação de 20 horas, custo de deslocamento (passagem aérea, hospedagem, locomoção e alimentação do instrutor e sua equipe). Será fornecido coffe-break no período da tarde às 15:45hs dos dias 29 e 30 e ao final com o encerramento do curso no dia 31 de outubro.
OBSERVAÇÕES:	Validade da Proposta mínimo de 60 dias.
Dados Bancários: Banco/Agência/Conta Corrente	BANCO DO BRASIL AG: 3476-2 C.C:39.335-5

Brasília, 06 de setembro de 2024.

Marcos César Carneiro da Mota
INTELIGÊNCIA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS EMPRESARIAIS LTDA
Marcos César Carneiro da Mota